

FITC

ESTADO DE SÃO PAULO

O ESTADO DE S. PAULO - A13

INFORME PUBLICITÁRIO

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

"Devemos enfrentar as trevas com luzes e não com berros".

Mas às vezes...

27 OUT 1996

Excelência,

Na história, a sociedade civil sempre dedicou a mais alta consideração e respeito ao educador; era o exemplo a ser seguido como forma de honra e valor humano para o jovem aprendiz. Contudo, de alguns anos para cá, as relações entre a sociedade e instituições de ensino vêm sendo alteradas por interesses estranhos à natureza da educação, propiciando um grau de desconfiança que altera os fundamentos basilares na relação escola-educando.

Antes, a relação família e escola era de harmonia e a escola cumpria o seu papel na formação dos alunos. As anuidades escolares eram tratadas no âmbito dos Conselhos de Educação a partir de suas Comissões de Encargos Educacionais (estas com representantes de todos os segmentos envolvidos). Havia sensibilidade e demonstração de conhecimento nas decisões da matéria.

A família, por sua vez, escolhia a escola de sua preferência e o padrão de ensino desejado, uma vez que tinha referências sobre a qualidade de ensino e o custo pago pelos serviços prestados.

Com o advento do Plano Cruzado, a interferência de organismos estranhos à educação no estabelecimento de diretrizes e valores cobrados pelas instituições privadas de ensino, transformou a questão num verdadeiro caos. Foram extintas as Comissões de Encargos Educacionais, e os órgãos públicos que passaram a estabelecer e controlar as anuidades escolares num momento de transformação econômica pela qual passava o país, mostraram-se frios, sem o completo conhecimento da natureza e qualidade dos serviços prestados à educação pela iniciativa privada.

Os órgãos que intermediam as relações de pagamento entre escola e aluno, são freqüentemente utilizados por grupos alheios ao setor educacional que procuram se beneficiar da exploração do problema, para fins eleitoreiros e outros.

Em nome de associações de pais e alunos, que na maioria das vezes são escritórios de advocacia ou associações cartoriais sem nenhuma representatividade, estes grupos tutelam situações para propiciar lides entre família e escola. O benefício é, sempre, em causa própria, com cobrança de honorários. Não obstante a ação dessas "pseudo" associações existentes, também temos os que tutelam os sindicatos patronais e administram as cobranças dos inadimplentes através de escritórios, cobrando 20% (vinte por cento) dos débitos decorrentes dos contratos firmados.

Como a mídia tem demonstrado grande interesse pela matéria, esses "presidentes de associações de pais" ou "patronais" e alguns dirigentes de órgãos governamentais controladores de preços, são sempre considerados heróis pelo que é divulgado na imprensa, com informações muitas vezes distorcidas sobre as relações escola-aluno.

A distorção dessas informações à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, causa grande dano às relações entre a escola e a comunidade.

As instituições de ensino, em sua grande maioria, são dirigidas por educadores, religiosos ou leigos, que têm colocado, por gerações, seus patrimônios na causa da educação, dedicando-se, por ideal, em seus projetos. Muitos tem obtido sucesso no projeto educativo e outros não, por motivos os mais diversos.

Enquanto o custo médio da manutenção de um aluno na instituição pública é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)/ano, fora os custos com o patrimônio, na iniciativa privada este valor chega à R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)/ano.

Com as edições sucessivas de medidas provisórias sobre mensalidades escolares temos hoje uma ambigüidade dentro da educação.

A medida provisória em vigor, à luz do artigo 6º, ao determinar a sequência da prestação de serviços mesmo após o rompimento unilateral do contrato acarreta, além da evidente inversão da ordem jurídica, o custo de honorários decorrentes do inevitável litígio.

As relações família-escola sempre foram e são boas. As famílias entregam seus filhos confiando nos valores das instituições e de seus dirigentes. A escola não pode ser patrulhada por interesses alheios aos interesses educativos.

Senhor Presidente, por sua vocação de educador e trajetória de mestre, apelamos à sensibilidade que lhe é peculiar para não permitir que interesses excusos permeiem as relações educador-educando e família-escola, deixando que determinem a natureza de suas relações, como convém a uma sociedade democrática.

HEITOR PINTO FILHO
REITOR DA UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO

MÁRCIO MESQUITA SERVA
REITOR DA UNIVERSIDADE DE MARÍLIA

MAURÍCIO CHERMANN
REITOR DA UNIVERSIDADE BRAZ CUBAS

ABIB SALIM CURY
REITOR DA UNIVERSIDADE DE FRANCA

HERMÉS FERREIRA FIGUEIREDO
REITOR DA UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL

MARLENE SALGADO DE OLIVEIRA
REITORA DA UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA

JENRIQUE LUIZ VARÉZIO
REITOR DA UNIVERSIDADE DE GUARULHOS

EDSON R. PINHEIRO DE SOUZA FRANCO
REITOR DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA